ATO Nº 8.460, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e conforme o requerimento constante no processo administrativo nº 0002750-92.2026.4.03.8002, bem como o disposto no item 16.3.2 do Edital de Abertura de Inscrições nº 01/2024, resolve:

I - TORNAR SEM EFEITO, a pedido, a nomeação da candidata ANA PAULA PERIN MENEGHETTI, para o cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA, do Quadro Permanente de Pessoal da Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, de que trata o Ato nº 8.368, de 22/09/2026, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, de 28/09/2026.

II - EXCLUIR, a pedido, a referida candidata da lista de habilitados da Unidade de Classificação Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, para o cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA, do Concurso Público nº 01/2024 da Justiça Federal da 3ª Região, Classe "A", Padrão 1, conforme Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

Des. LUÍS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO

ATO Nº 8.461, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e com base no parágrafo 6º do artigo 13 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, por perda do prazo legal para posse, a nomeação dos candidatos abaixo nominados, para o cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA, do Quadro Permanente de Pessoal da Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, de que trata o Ato nº 8.368, de 22/09/2026, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, de 28/09/2026.

CATARINA ANDRES CARAM GUIMARAES
MARCOS HIDEKI KAMIBAYASHI
BARBARA MUHR GABAS

Des. LUÍS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO

ATO Nº 8.462, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e com base no parágrafo 6º do artigo 13 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, por perda do prazo legal para posse, a nomeação do candidato GABRIEL DE PAULA LIMA, para o cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA, do Quadro Permanente de Pessoal da Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, de que trata o Ato nº 8.369, de 22/09/2026, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, de 28/09/2026.

Des. LUÍS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO

ATO Nº 8.463, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 96, inciso I, letras "b" e "e" da Constituição da República, resolve:

NOMEAR, em virtude de habilitação em concurso público, obedecida a ordem de classificação, os candidatos abaixo nominados, para exercerem o cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA, Classe "A", Padrão 1, conforme Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, do Quadro Permanente de Pessoal da Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul:

MARIA TERESA DELALIBERA LEITE, em vaga criada pela Lei nº 15.401, de 05 de maio de 2026
NAYTARA GROTTA FURLAN, em vaga criada pela Lei nº 15.401, de 05 de maio de 2026
GIOVANNI ZAUPA MAGRINELLI, em vaga criada pela Lei nº 15.401, de 05 de maio de 2026
LETICIA REIMER FERNANDES, em vaga decorrente da vacância do cargo de Lucas Ohnesorg Mazioli

Des. LUÍS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO

ATO Nº 8.464, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 96, inciso I, letras "b" e "e" da Constituição da República, considerando o disposto na Lei nº 12.990, de 09/06/2014, resolve:

NOMEAR, em virtude de habilitação em concurso público, obedecida a ordem de classificação, os candidatos abaixo nominados, para exercerem o cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINSTRATIVA, Classe "A", Padrão 1, conforme Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, do Quadro Permanente de Pessoal da Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, em vagas criadas pela Lei nº 15.401, de 05 de maio de 2026.

JANDER BALTAZAR RODRIGUES
ANA RAFAELA SILVA ARAUJO

Des. LUÍS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO

ATO Nº 8.465, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 96, inciso I, letras "b" e "e", da Constituição da República, e o requerimento constante no processo administrativo nº 0002752-62.2026.4.03.8002, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, a pedido, a nomeação da candidata ERIKA MONIQUE GOMES DE OLIVEIRA DE SOUZA, para o cargo de ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA, do Quadro Permanente de Pessoal da Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, de que trata o Ato nº 8.371, de 22/09/2026, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, de 28/09/2026.

Des. LUÍS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO

ATO Nº 8.466, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 96, inciso I, letras "b" e "e" da Constituição da República, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 0002497-41.2025.4.03.8002, resolve:

NOMEAR, em virtude de habilitação em concurso público, obedecida a ordem de classificação, a candidata ANA FLAVIA FISTAROL FRANCO, para exercer o cargo de ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA, Classe "A", Padrão 1, conforme Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, do Quadro Permanente de Pessoal da Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, em vaga criada pela Lei nº 15.401, de 05 de maio de 2026.

Des. LUÍS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO

ATO Nº 8.468, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e com base no parágrafo 6º do artigo 13 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, por perda do prazo legal para posse, a nomeação do candidato LUIS DOS SANTOS FALCAO, para o cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE SEGURANÇA DO TRABALHO, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, de que trata o Ato nº 8.326, de 10/09/2026, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, de 14/09/2026.

Des. LUÍS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO

ATO Nº 8.469, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e com base no parágrafo 6º do artigo 13 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, por perda do prazo legal para posse, a nomeação dos candidatos abaixo nominados, para o cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE AGENTE DA POLÍCIA JUDICIAL, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, de que trata o Ato nº 8.328, de 10/09/2026, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, de 14/09/2026.

LAIS MARINHO NUNES DE OLIVEIRA
CLEDERSON SOUZA DROPPA

Des. LUÍS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO

ATO Nº 8.470, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 96, inciso I, letras "b" e "e" da Constituição da República, resolve:

NOMEAR, em virtude de habilitação em concurso público, obedecida a ordem de classificação, o candidato PABLO VITOR SILVEIRA BUENO, para exercer o cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE AGENTE DA POLÍCIA JUDICIAL, Classe "A", Padrão 1, conforme Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em vaga decorrente da vacância do cargo de Sandro dos Santos Santa Rosa.

Des. LUÍS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO

ATO Nº 8.471, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e com base no parágrafo 6º do artigo 13 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, por perda do prazo legal para posse, a nomeação da candidata MARIANE PIMENTEL CAMARGO, para o cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, de que trata o Ato nº 8.333, de 10/09/2026, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, de 14/09/2026.

Des. LUÍS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO

ATO Nº 8.472, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e com base no parágrafo 6º do artigo 13 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, por perda do prazo legal para posse, a nomeação dos candidatos abaixo nominados, para os respectivos cargos, Classe "A", Padrão 1, conforme Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, de que trata o Ato nº 8.334, de 10/09/2026, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, de 14/09/2026:

I - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA
MAYCON MUNIZ DE SOUZA
II - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA
MANUELA FERNANDES DA SILVA SANTOS

Des. LUÍS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO

ATO Nº 8.473, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 96, inciso I, letras "b" e "e" da Constituição da República, resolve:

NOMEAR, em virtude de habilitação em concurso público, obedecida a ordem de classificação, os candidatos abaixo nominados, para exercerem os cargos a seguir relacionados, Classe "A", Padrão 1, conforme Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região:

I - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA
GABRIEL FABRIS FONSECA, em vaga decorrente da exoneração de Juliana Chan Tcheou
BRUNA ANDO FRENI em vaga decorrente da exoneração de Felipe Gabriel Rodrigues Nogueira
VITORIA CEPERA RUFINO, em vaga decorrente da exoneração de Julliane Quintão Siqueira
BRUNO GUIMARAES SPANIOL, em vaga decorrente da aposentadoria de Jaime Sinclair Covre
II - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA
MARCELA BOTELHO NUNES, em vaga decorrente da vacância do cargo de José Erinaldo Felix
VANESSA ABREU DE LIMA, em vaga decorrente da exoneração de Genilson Ramos Rodrigues
VANESSA CRISTINA DAL BOSCO, em vaga decorrente da exoneração de Daniela Diniz Donato
FELIPE DIAS CHIAPARINI, em vaga decorrente da exoneração de Stephani Negri dos Santos
MATHEUS BRANDAO MECIANO, em vaga decorrente da vacância do cargo de Marcos Vinicius Mendes Gonçalves
VITOR HUGO GOMES, em vaga decorrente da vacância do cargo de Carolina Mariño Barcaui

Des. LUÍS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO

ATO Nº 8.474, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 96, inciso I, letras "b" e "e" da Constituição da República, e considerando o disposto na Lei nº 12.990, de 09/06/2014, resolve:

NOMEAR, em virtude de habilitação em concurso público, obedecida a ordem de classificação, os candidatos abaixo nominados, para exercerem os cargos a seguir relacionados, Classe "A", Padrão 1, conforme Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região:

I - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA

RENATA FERNANDA DE CARVALHO, em vaga decorrente da aposentadoria de Sergio Dias dos Santos

MANOELA LIMA DO NASCIMENTO, em vaga decorrente da vacância do cargo de Letícia Guarnieri

CAROLINA HENRIQUE, em vaga decorrente da aposentadoria de Kate Silva Matheus

II - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA

SAMUEL DOS SANTOS NASCIMENTO MARTINEZ, em vaga redistribuída, nos termos da Portaria nº 93/2026 do Supremo Tribunal Federal

Des. LUÍS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO

ATO Nº 8.475, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 96, inciso I, letras "b" e "e" da Constituição da República, e considerando o disposto no § 2º do artigo 5º da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, resolve:

NOMEAR, em virtude de habilitação em concurso público, obedecida a ordem de classificação, a candidata MILENE ARGENTE ALVES, para exercer o cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA, Classe "A", Padrão 1, conforme Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em vaga decorrente da exoneração de Leandro Saito.

Des. LUÍS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO

ATO Nº 8.476, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 96, inciso I, letras "b" e "e" da Constituição da República, e considerando o disposto na Lei nº 12.990, de 09/06/2014, e o constante nos processos administrativos nºs 0017662-37.2025.4.03.8000 e 0039748-02.2025.4.03.8000, resolve:

NOMEAR, em virtude de habilitação em concurso público, obedecida a ordem de classificação, a candidata DANDARA ANTERO CARDOSO, optante pela nomeação para as vagas disponíveis da Turma Regional de Mato Grosso do Sul, integrante da estrutura do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com sede em Campo Grande - Estado de Mato Grosso do Sul, para exercer o cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA, Classe "A", Padrão 1, conforme Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em vaga decorrente da exoneração de Tatiana Saverio do Vale Azevedo.

Des. LUÍS ANTONIO JOHONSOM DI SALVO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 1.146 DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Dispensar GILCIKELY BUARQUE SILVA ALMEIDA da função comissionada, nível FC-6, de Assistente-Chefe da Assessoria da Escola Judiciária Eleitoral.

Art. 2º Exonerar ALDA ISABELA SARAIVA LANDIM LESSA do cargo em comissão, nível CJ-1, de Assessora-Chefe da Assessoria da Escola Judiciária Eleitoral e designá-la para exercer a função comissionada, nível FC-6, de Assistente-Chefe da Assessoria da Escola Judiciária Eleitoral, vaga em decorrência do art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Nomear JULIANA DO REGO BARROS VALOIS para o cargo em comissão, nível CJ-1, de Assessora-Chefe da Assessoria da Escola Judiciária Eleitoral, vago em decorrência do art. 2º desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ERIK DE SOUSA DANTAS SIMÕES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

PORTARIA P/TRE-SC N° 174, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22, incisos XXIV e XXVIII, do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução TRESC n. 7.847, de 12.12.2011), considerando a adesão deste Tribunal ao Concurso Público Nacional Unificado da Justiça Eleitoral, conforme tratado no SEI n. 0004503-74.2025.6.24.8000; e considerando o decurso do prazo legal de 30 (trinta) dias para a posse, a contar da publicação do ato de nomeação do candidato, sem que o mesmo tenha comparecido para assumir o cargo, conforme disposto nos §§ 1º e 6º do art. 13 da Lei n. 8.112, de 11.12.1990, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria P n. 148/2026, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 22.09.2026, por meio da qual foi nomeado VITOR AUGUSTO SCHWEITZER para exercer o cargo de Técnico Judiciário, Apoio Especializado, Programação de Sistemas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU), sem prejuízo de sua publicação no Boletim Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (BITRESC).

Des. CARLOS ROBERTO DA SILVA

PORTARIA P/TRE-SC N° 175, DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22, incisos XXIV e XXVIII, do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução TRE-SC n. 7.847, de 12.12.2011), considerando a adesão deste Tribunal ao Concurso Público Nacional Unificado da Justiça Eleitoral, conforme tratado no SEI n. 0004503-74.2025.6.24.8000; e considerando a publicação da Lei n. 15.374, de 2.4.2026, que cria cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no quadro de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais (SEI n. 0003291-81.2026.6.24.8000), resolve:

Art. 1º Nomear MAURICIO DE ALEXANDRINO, em virtude de habilitação e classificação em concurso público de provas, para exercer, em estágio probatório, o cargo da categoria funcional de Técnico Judiciário, Apoio Especializado, Programação de Sistemas, do quadro de pessoal deste Tribunal, criado pela Lei n. 15.374/2026.

Art. 2º O cargo efetivo vago a ser preenchido possui provimento autorizado nos termos do inciso V do § 1º do art. 1º da Portaria TSE n. 229, de 20.5.2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU), sem prejuízo de sua publicação no Boletim Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (BITRESC).

Des. CARLOS ROBERTO DA SILVA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

PORTARIA TRE-SP N° 343, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

DECLARAR VAGO, desde 13/10/2026, em razão de posse em outro cargo público inacumulável, nos termos do inciso VIII do artigo 33 da Lei nº 8.112/1990, o cargo de ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, ocupado por RODRIGO DOMINGUES PEREIRA SABINO, Classe A, Padrão 1, criado pela Lei nº 14.234/2021, vaga nº 531.

JOSÉ ANTONIO ENCINAS MANFRÉ

DIRETORIA-GERAL

ATO Nº 220, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

O Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, no exercício da competência delegada pelo artigo 2º, inciso III, da Portaria TRE-SP nº 1/2022, resolve:

Art. 1º Designar MARILEISE ALVES DA CUNHA, servidora requisitada da Prefeitura Municipal de São Vicente, para a função comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 340ª Zona Eleitoral - São Vicente, no período de 4 de novembro de 2026 a 19 de dezembro de 2026.

Art. 2º Este ato será publicado no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIZ PAVIM

ATO Nº 222, DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

O Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, no exercício da competência delegada pelo artigo 2º, inciso III, da Portaria TRE-SP nº 1/2022, resolve:

Art. 1º Designar MARILIS BISPO SIMÃO MENEGUETI, servidora requisitada da Prefeitura Municipal de Pompéia, para a função comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 99ª Zona Eleitoral - Pompéia, no período de 1º de setembro de 2026 a 10 de outubro de 2026.

Art. 2º Designar MAÍRA LOPES SEABRA PEREIRA, Analista Judiciária - Área Judiciária, para a função comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 99ª Zona Eleitoral - Pompéia, desde 13 de outubro de 2026.

Art. 3º Este ato será publicado no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIZ PAVIM

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA GPR Nº 678, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no art. 93, inciso II, da Lei 8.112/1990; art. 9º, § 1º, art. 9-A, § 4º, da Resolução STF 659/2020 e tendo em vista o contido no Processo SEI 0041889/2026, resolve:

Determinar a transferência do exercício do servidor LUIZ CARLOS PEREIRA JÚNIOR, matrícula 315.429, Técnico Judiciário, Apoio Especializado, Polícia Judicial, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para o Supremo Tribunal Federal, pelo prazo de 1 (um) ano, com ônus do cargo efetivo para o órgão cedente.

Des. JAIR SOARES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria GPR 1477 de 22 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 24 de agosto de 2022, onde se lê: "... com as vantagens previstas no art. 67 da Lei 8.112/1990, c/c o art. 6º da Lei 9.624/1998 e com o inciso II do art. 15 da Medida Provisória 2.225-45/2001, e no art. 3º da Lei 8.911/1994, c/c o art. 15 da Lei 9.527/1997, c/c a determinação judicial contida no RE 638.115/CE"; leia-se: "... com as vantagens previstas no art. 67 da Lei 8.112/1990, c/c o art. 6º da Lei 9.624/1998 e com o inciso II do art. 15 da Medida Provisória 2.225-45/2001, e no art. 3º da Lei 8.911/1994, c/c o art. 15 da Lei 9.527/1997; e com a instituição de parcela compensatória, relativa à incorporação de décimos com base em funções comissionadas exercidas pela servidora após 08/04/1998, tendo em vista o reconhecimento do caráter administrativo da incorporação, conforme o disposto no RE 638.115/CE e no Acórdão 6848/2025 - TCU - Segunda Câmara".

RETIFICAÇÃO

Na Portaria GPR 308, de 02 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 17 de fevereiro de 2023, Seção 2, fl. 90, onde se lê: "...com as vantagens previstas no art. 67 da Lei 8.112/1990 c/c o art. 6º da Lei 9.624/1998 e com o inciso II do art. 15 da Medida Provisória 2.225-45/2001, no art. 3º da Lei 8.911/1994 c/c o art. 15 da Lei 9.527/1997 e na e na determinação judicial contida no Mandado de Segurança 2003.00.2.008895-7, segundo preceitos do RE 638.115/CE, e as vantagens da Lei 11.416/2006"; leia-se: "...com as vantagens previstas no art. 67 da Lei 8.112/1990, c/c o art. 6º da Lei 9.624/1998 e o inciso II do art. 15 da Medida Provisória 2.225-45/2001, e no art. 3º da Lei 8.911/1994, c/c o art. 15 da Lei 9.527/1997, com o art. 5º da Lei 9.624/1998; e com a instituição de parcela compensatória, relativa à incorporação de décimos com base em funções comissionadas exercidas pela servidora após 08/04/1998, tendo em vista o reconhecimento do caráter administrativo da incorporação, conforme o disposto no RE 638.115/CE e no Acórdão nº 4906/2026 - Segunda Câmara".

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA SEG Nº 1.629, DE 20 DE OUTUBRO DE 2026

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no artigo 93, inciso I, da Lei 8.112/90, na Portaria GPR 78/2018, na Portaria GPR 278/2026 e no Processo SEI 1001833/2017, resolve:

Prorrogar a cessão do servidor AGNALDO JOSE MARTINS, matrícula 318.890, Analista Judiciário, Área Judiciária, Oficial de Justiça Avaliador Federal, do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Justiça, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 09 de janeiro de 2027, para continuar exercendo o Cargo em Comissão de Chefe de Assessoria, código CJ-03, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região-DF, com ônus do cargo efetivo para o cedente e do Cargo em Comissão para o cessionário, admitida a prorrogação, diante da manifestação de interesse dos órgãos envolvidos.

CELSO DE OLIVEIRA E SOUSA NETO